

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX – 1º SEMESTRE DE 2014

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX é uma instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, considerando as alterações e os normativos decorrentes da lei.

A POUPEX, que é submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional e opera com recursos captados em caderneta de poupança, tendo por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados.

Conjuntura Econômica

A presente conjuntura tem, como fontes básicas, informações divulgadas em relatórios do Banco Central do Brasil - BACEN, Ministério da Fazenda - MF, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Serasa Experian e Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e o Boletim FOCUS, divulgado pelo BACEN em 27 de junho de 2014.

Não houve mudanças significativas no cenário econômico mundial neste primeiro semestre de 2014, mantendo-se, em linhas gerais, as tendências observadas ao longo de 2013. A atividade econômica continua evoluindo em ritmo lento com inflação baixa nos principais mercados.

Da mesma forma que na economia mundial, os indicadores da atividade econômica brasileira seguem sem indicar qualquer recuperação iminente. Os dados disponíveis do primeiro semestre apontam para uma queda no ritmo observado na virada do ano.

O crescimento do PIB permanece abaixo das expectativas e a previsão, segundo o Boletim FOCUS, de 27 de junho de 2014, é que alcance o final do ano com crescimento de 1,10%.

A inflação é um indicador que preocupa o governo, por ter se mantido próximo ao teto da meta (6,5%) e até o momento não apresentar sinais de recuo.

A taxa SELIC foi mantida em 11% ao ano, na reunião do COPOM, de 28 de maio de 2014, encerrando um ciclo de nove altas consecutivas que durou treze meses.

As intervenções no mercado de câmbio, iniciadas em agosto do ano passado, quando o dólar se aproximou de 2,45 reais, têm ajudado a manter a moeda americana oscilando dentro de uma faixa entre 2,20 e 2,25 reais.

O Indicador de Inadimplência do Consumidor apurado pela Serasa Experian subiu 2,4% em maio, na comparação com abril e registrou alta de 0,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Para os economistas da Serasa Experian, os resultados de maio "sugerem que a inadimplência dos consumidores comece a desenhjar trajetória de elevação", conforme nota da instituição.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de confiança do consumidor, divulgado em junho atingiu o menor valor desde setembro de 2005 e a perda de confiança se deve às perspectivas para os próximos seis meses em relação à perda de emprego e redução da renda pessoal.

Desempenho POUPEX

Em 2014, a POUPEX deu continuidade à execução do planejamento estratégico iniciado em 2012, com término previsto para 2016. O semestre foi marcado pelo início e, também, pela continuidade de projetos internos.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) foi concluído e aprovado pelo Conselho de Administração, com previsão de entrada em vigor em janeiro de 2015.

Em janeiro de 2014, foi iniciada a 2ª fase do Projeto Gestão Documental. Esta etapa destina-se a padronizar procedimentos para guarda, eliminação e armazenamento dos documentos, assim como, a automatizar rotinas, por intermédio da aquisição de um sistema *Enterprise Content Management* (ECM).

A POUPEX deu, ainda, continuidade ao acompanhamento da gestão das melhorias, oriundas do Projeto "Inovação e Melhoria de Processos", mobilizando suas unidades técnico-administrativas para a criação de ideias que agreguem valor aos processos.

No primeiro semestre de 2014, teve prosseguimento o Projeto Integrar, destinado a implantar o sistema de *Enterprise Resource Planning* (ERP), permitindo a integração com os demais sistemas legados de atividades, produtos e serviços da APE - POUPEX. Em abril, o módulo jurídico entrou na fase de produção, enquanto os demais módulos do Sistema ERP deverão entrar, efetivamente, em produção em janeiro de 2015.

Em fevereiro de 2014, o Sistema de Orçamento foi integralmente implantado no ambiente do *Business Intelligence* (BI), permitindo à POUPEX utilizar seus recursos com maior eficiência. O instrumento permite, de forma rápida e consistente, realizar projeções, tendências e análises do comportamento das receitas, despesas e dos investimentos.

Dessa forma, a implantação da ferramenta no BI, tornou o processo de planejamento orçamentário totalmente colaborativo e o acompanhamento da execução e o controle dos gastos, por parte das unidades gestoras, mais eficiente.

A POUPEX manteve, ao longo do 1º semestre, atualizados todos os componentes do sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

Coerente com tal atualização, reviu a Política de Análise e Classificação do Risco nas Operações de Crédito Imobiliário, a Política de Concessão de Crédito Imobiliário e a Política de Aplicação de Recursos Financeiros. Em relação às orientações externas, aprovou e divulgou os procedimentos para a portabilidade de crédito imobiliário, em conformidade com a Resolução BACEN nº 4.292, de 20 de dezembro de 2013.

A POUPEX já iniciou estudos para o estabelecimento e para a implementação da sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). O trabalho visa a atender a Resolução BACEN Nº 4.327, de 25 de abril de 2014.

São esses e outros processos de Governança Corporativa que estabelecem um sistema de gestão e de controle, que protege a Instituição, e permitem-na utilizar efetivamente os recursos, minimizando as perdas e garantindo a sua sustentabilidade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

	Nota	30/06/2014	30/06/2013
Ativo circulante		3.845.252	3.444.922
Disponibilidades	3.b e 4	154	492
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	1.773.566	1.546.947
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.773.566	1.546.947
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	348.017	399.219
Carteira própria		348.017	399.219
Relações interfinanceiras	3.e e 7	1.402.610	1.203.260
Créditos vinculados:		816.652	711.907
Depósitos no Banco Central		816.652	711.794
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		-	113
Repasse interfinanceiros		585.958	491.353
Operações de crédito	3.f e 8	271.161	250.593
Operações de crédito		278.461	261.564
Setor privado		278.461	261.564
(Provisão para operações de crédito)		(7.300)	(10.971)
Outros créditos	9	49.143	43.711
Rendas a receber		66	70
Diversos		49.077	43.641
Outros valores e bens	3.g e 10	601	700
Outros valores e bens		437	485
(Provisões para desvalorizações)		(279)	(250)
Despesas antecipadas		443	465
Ativo não circulante		1.416.614	1.149.164
Ativo realizável a longo prazo		1.381.848	1.121.158
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	456.015	183.412
Carteira própria		456.015	183.412
Relações interfinanceiras	3.e e 7	207.981	184.341
Créditos vinculados:		207.981	184.341
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		207.981	184.341
Operações de crédito	3.f e 8	710.399	746.718
Operações de crédito		770.603	803.576
Setor privado		770.603	803.576
(Provisão para operações de crédito)		(60.204)	(56.858)
Outros créditos	9	6.654	5.011
Diversos		6.654	5.011
Outros valores e bens	3.g e 10	799	1.676
Outros valores e bens		736	1.199
Despesas antecipadas		63	477
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	14.543	13.158
Imóveis de uso		6.322	5.049
Outras imobilizações de uso		22.832	21.848
(Depreciações acumuladas)		(14.611)	(13.739)
Intangível	3.j e 13	12.413	7.038
Ativos intangíveis		15.992	8.537
(Amortização acumulada)		(3.579)	(1.499)
		5.261.866	4.594.086
Passivo circulante		604.006	523.247
Depósitos	14	494.844	436.156
Depósitos a prazo		494.844	436.156
Outras obrigações	15	109.162	87.091
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.a	-	3
Fiscais e previdenciárias	15.b	65.705	47.044
Diversas		43.457	40.044
Patrimônio líquido		4.657.860	4.070.839
Recursos de associados poupadores	16	4.062.504	3.554.754
Reservas de lucros	16	553.161	493.287
Ajustes de avaliação patrimonial	16	(1.010)	(827)
Lucro acumulado	16	43.205	23.625
		5.261.866	4.594.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2014 E 30/06/2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013
Receitas da intermediação financeira		263.054	186.973
Operações de crédito	7.f e 8.b	94.323	87.814
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.b	133.763	75.572
Resultado das aplicações compulsórias	7.f	34.968	23.587
Despesas da intermediação financeira		(157.589)	(147.171)
Operações de captação no mercado	14 e 16.a	(157.629)	(113.689)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	40	(33.482)
Resultado bruto da intermediação financeira		105.465	39.802
Outras receitas/despesas operacionais		(64.051)	(19.057)
Rendas de tarifas bancárias		1.648	1.601
Despesas de pessoal	17.b	(32.777)	(29.497)
Outras despesas administrativas	17.c	(15.644)	(14.467)
Despesas tributárias	17.d	(9.432)	(5.905)
Outras receitas operacionais	17.a	2.687	32.293
Outras despesas operacionais	17.e	(10.533)	(3.082)
Resultado operacional		41.414	20.745
Resultado não operacional	17.f	1.791	2.580
Lucro líquido		43.205	23.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A POUPEX apresentou resultado líquido de R\$ 43.205 mil no 1º semestre de 2014. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 15,63% a.a. ao final do semestre. Houve um avanço em comparação com a rentabilidade de 9,74% a.a. obtida em 2013.

Em 30 de junho de 2014, a POUPEX computava patrimônio líquido de R\$ 4.657.860 mil, com crescimento de 13,36% em doze meses.

A Associação manteve a participação de 9,0905% do capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC). A POUPEX é submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional e opera com recursos captados em caderneta de poupança, tendo por objetivos permanentes:

- captar, incentivar e disseminar a poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados;
- possibilitar, por meio de empréstimos de recursos da poupança, que a FHE promova empreendimentos habitacionais nas melhores condições de preço, qualidade e segurança, com vista ao atendimento de seu público-alvo.

De janeiro a junho, foram formalizados 2088 contratos de financiamentos em todas as modalidades do crédito imobiliário POUPEX. O montante emprestado alcançou R\$ 137.977 mil, distribuídos da seguinte forma:

- para pessoa física liberou R\$ 77.325 mil na linha de material de construção e R\$ 43.578 mil para a aquisição ou para a construção de imóveis, e
- para pessoa jurídica liberou recursos da ordem de R\$ 17.074 mil à construção civil para produção de imóveis residenciais (Plano Empresário).

Em 32 anos de existência, a POUPEX já concedeu mais de 92.000 financiamentos e nos últimos anos formalizou diversos convênios para aquisição e construção (individual e coletiva) da casa própria. Para isso, se faz presente em todo território nacional com agências próprias e unidades de atendimento da Fundação Habitacional do Exército (FHE) ou do Banco do Brasil (BB). A parceria com o BB permite aos associados contar com todas as facilidades para movimentações e transações oferecidas por aquele banco. Além desses pontos, os clientes contam, ainda, com atendimento personalizado oferecido pelo Centro de Relacionamento com o Cliente da POUPEX, que visa a auxiliar os clientes sobre os diversos produtos e serviços e no tratamento de demandas pontuais.

Conta, também, com a Ouvidoria, que permite ao cliente sugerir, elogiar, reclamar e denunciar situações diversas, com a garantia de que terá total atenção da Instituição. Essa prática, além de se configurar como uma exigência do BACEN, permeia as orientações do Código de Defesa do Consumidor.

O sucesso dos negócios da POUPEX está diretamente relacionado à credibilidade alcançada ao longo de sua existência, fruto de eficiente gestão corporativa e da dedicação de seus empregados. Todas as atividades e as relações com os clientes, parceiros e fornecedores caracterizam-se pela ética e pela transparência.

Preocupada com a excelência técnica de seus empregados, a POUPEX investe permanentemente na capacitação de seus recursos humanos. Da mesma forma, sob a ótica da qualidade de vida, promove iniciativas que buscam o bem estar e auxiliam na melhoria da saúde de seu pessoal, como a ginástica laboral, o clube de corrida, além de proporcionar por meio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes a aferição da pressão do globo ocular, verificação da taxa de glicose, etc.

Ao fim do primeiro semestre de 2014, a POUPEX possuía 1.230 empregados, 79 estagiários e 26 jovens aprendizes. Como prova de sua constante preocupação com a responsabilidade social, a Associação desenvolve iniciativas com o objetivo de contribuir para a melhoria da realidade das comunidades menos favorecidas, participando de programas que preparam jovens para o mercado de trabalho. Destaque para o Programa de Aprendizagem, que beneficia jovens estudantes entre 14 e 18 anos, preferencialmente integrantes das parcelas mais carentes da população e o Programa de Estágio Profissionalizante remunerado, destinado aos jovens estudantes.

Os números mencionados e as ações implantadas demonstram o compromisso da POUPEX em continuar trabalhando e oferecendo as melhores soluções para seus clientes, empregados e a sociedade

ERON CARLOS MARQUES Presidente

	Recursos dos associados	Reserva de lucros (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.308.721	493.287	(631)	-	3.801.377
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	300	300
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(196)	-	(196)
Outros eventos:					
Remuneração:					
Juros	92.334	-	-	-	92.334
Atualização	7	-	-	-	7
Captação líquida do semestre	153.692	-	-	-	153.692
Lucro líquido do semestre	-	-	-	23.325	23.325
Saldo em 30 de junho de 2013	3.554.754	493.287	(827)	23.625	4.070.839
Mutações do semestre	246.033	-	(196)	23.625	269.462
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.994.213	553.161	(1.015)	-	4.546.359
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	5	-	5
Outros eventos:					
Remuneração:					
Juros	116.283	-	-	-	116.283
Atualização	13.516	-	-	-	13.516
Captação líquida do semestre	(61.508)	-	-	-	(61.508)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	43.205	43.205
Saldo em 30 de junho de 2014	4.062.504	553.161	(1.010)	43.205	4.657.860
Mutações do semestre	68.291	-	5	43.205	111.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2014 E 30/06/2013 (Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro líquido	43.205	23.325
Ajustes ao lucro líquido	602	32.137
Provisão para operações de crédito	(40)	33.482
Provisão para perdas	1.019	2.135
Provisão para perdas - FCVS	265	42
Depreciações/Amortizações	2.448	2.161
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(3.134)	(5.704)
Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	44	21
Variações patrimoniais	(54.410)	(16.680)
Aumento em ativos operacionais	(61.675)	15.096
Aumento de recolhimentos obrigatórios ao BACEN	(13.960)	(44.850)
Aumento de repasses interfinanceiros	(48.697)	(31.491)
Alienação de bens não de uso próprio	855	1.276
Aquisição de bens não de uso próprio	(415)	(1.155)
Baixa de provisão para Perdas - FCVS	(1.687)	(327)
Baixa de provisão em decorrência de extinção do financiamento	(52)	(770)
Redução aplicações interfinanceiras de liquidez	10.671	51.772
Aumento de FGTS a ressarcir	-	(32)
Aumento de FCVS	(12.236)	(8.221)
Redução de operações de crédito	15.158	56.251
Aumento de outros créditos	(11.505)	(7.419)
Redução de outros valores e bens	188	258
Ajustes de avaliação patrimonial	5	(196)
Aumento/Redução em passivos operacionais	7.265	(31.776)
Aumento/Redução em outras obrigações	7.265	(31.776)
Caixa aplicado gerado pelas operações	(10.603)	38.782
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
Aumento de títulos e valores mobiliários	(96.871)	(146.023)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.590)	(2.347)
Aquisição de ativos intangíveis	(4.145)	(2.939)
Aquisição de obras em andamento	-	(694)
Redução de juros/dividendos recebidos	131	77
Ajuste de períodos anteriores	-	300
Caixa utilizado pelas atividades de investimento	(103.475)	(151.626)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Aumento de recursos de associados poupadores	68.291	246.033
Redução de depósitos	(126.177)	(179.973)
Caixa aplicado gerado pelas atividades de financiamento	(57.886)	66.060
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(171.964)	(46.784)
Modificação na posição financeira		
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.063.701	1.691.408

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2014 - Em milhares de Reais

1. A instituição e suas operações
A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE.
A POUPEX é uma entidade sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade-fim, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430 de 1996.
A Caderneta de Poupança POUPEX tem o seu processamento realizado pelo Banco do Brasil mediante convênio firmado entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais. Todos os associados poupadores da POUPEX são correntistas do Banco do Brasil S.A.

2. Apresentação das demonstrações contábeis
a. Base de apresentação
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A demonstração do valor adicionado (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião de 21 de agosto de 2014.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.
c. Uso de estimativas e julgamentos
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 15), valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6), provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas, no mínimo, trimestralmente.

3. Principais práticas contábeis
a. Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *"pro rata die"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
b. Caixa e equivalente de caixa
O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).
c. Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).
d. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068/01. A Entidade não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis.

i. Títulos mantidos até o vencimento
Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.
ii. Títulos disponíveis para venda
São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – "Ajuste a Valor de Mercado – Títulos Disponíveis para Venda" – até a sua realização por venda.
A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

a. Fundos de investimentos
A carteira dos fundos de investimento está representada relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e Sistema Nacional de Debêntures (SND), respectivamente. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor da cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
b. Títulos CVS
A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela "curva de cupom de TR" divulgada diariamente pela BM&F Bovespa.
Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados *"pro rata temporis"*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.
As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.
Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.
e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas
Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *"pro rata temporis"*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).
Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).
f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *"pro rata temporis"*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art.4º, da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebida.
A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).
g. Despesas antecipadas
Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).
h. Investimentos
Referem-se a participações societárias, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).
i. Imobilizado de uso
Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.
j. Intangível
Registrado pelos gastos incorridos deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.
k. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros
Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.
l. Ativos contingentes e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis
Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09.
Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.
Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 15).
m. Demais ativos e passivos
Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *"pro rata temporis"*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa
a. Composição geral

	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades	154	492
Caixa	9	11
Depósitos bancários	145	481
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários	1.891.583	1.644.132
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.891.737	1.644.624

b. Composição das aplicações e TVM (caixa e equivalentes de caixa)

Título	Emissor	30/06/2014	30/06/2013
CDI	Banco do Brasil S.A.	1.746.388	1.359.821
CDI-PÓS	Caixa Econômica Federal	–	95.603
CDI-PÓS	Banco Daycoval S.A.	12.114	4.028
CDI-PÓS	Banco Pine S.A.	6.029	6.020
CDI-PÓS	Banco Safra S.A.	–	64.236
CDI-PÓS	Paraná Banco S.A.	9.035	7.036
Fundo	BB Pólo VII	116.661	106.313
Fundo	BB CP AUTO	254	–
Fundo	BB CP 600 mil	1.095	1.056
Fundo	BB CP 200	7	19
Total		1.891.583	1.644.132

A remuneração média anualizada do 1º semestre de 2014 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX é a seguinte: **10,23% a.a.** para a aplicação no Banco do Brasil indexado a TMS – Taxa Média SELIC; **10,67% a.a.** para a aplicação nos demais Bancos indexada ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; **10,28% a.a.** para os Fundos de Investimento administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez
Em 30 de junho de 2014 e 2013, as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

	30/06/2014	30/06/2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.773.566	1.546.947
Não ligadas	1.773.566	1.546.947
Total	1.773.566	1.546.947
Ativo circulante	1.773.566	1.546.947

	0-30	31-90	Total	%
Vencimento em dias				
CDI-OVER	1.746.388	–	1.746.388	98,5
CDI-PÓS	21.149	6.029	27.178	1,5
Total	1.767.537	6.029	1.773.566	100,0

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2014	2013
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	95.438	55.746
Total	95.438	55.746

6. Títulos e Valores Mobiliários – TVM
Em 30 de junho de 2014 e 2013, os títulos e valores mobiliários estão assim demonstrados:

a. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

	30/06/2014				30/06/2013				
	Acima de 360		Valor de custo		Valor de mercado		Marcação a mercado		
	0-30	31-180	181-360	de 360	custo	mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Vencimento em dias									
1-Títulos disponíveis para venda	118.080	–	–	6.459	124.539	123.528	(1.011)	114.438	113.611
Títulos públicos	–	–	–	6.459	6.459	5.448	(1.011)	6.972	6.145
CVS	–	–	–	6.459	6.459	5.448	(1.011)	6.972	6.145
Títulos privados	118.080	–	–	–	118.080	118.080	–	107.466	107.466
Cotas de Fundos	118.080	–	–	–	118.080	118.080	–	107.466	107.466
2-Títulos Mantidos até o vencimento	81.876	103.397	44.664	450.567	680.504	681.505	1.001	469.019	469.498
Títulos públicos	11.698	–	–	–	11.698	11.700	2	10.826	10.635
LTN	11.698	–	–	–	11.698	11.700	2	10.826	10.635
Títulos privados	70.178	103.397	44.664	450.567	668.806	669.805	999	458.193	458.863
CRI	–	–	–	–	1.791	1.985	194	2.342	2.736
LF	60.312	100.117	44.664	448.776	653.869	654.669	800	444.633	444.905
DPGE	9.866	3.280	–	–	13.146	13.151	5	11.218	11.222
Total	199.956	103.397	44.664	457.026	805.043	805.033	(10)	583.457	583.109

	30/06/2014				30/06/2013			
	A vencer em até um ano		A vencer entre 1 e 5 anos		A vencer após 10 anos		Total	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Vencimento em anos								
Por categoria	348.017	450.567	6.459	805.033	805.421	583.457	583.457	582.630
1 – Títulos disponíveis para venda	118.080	–	6.459	124.539	123.528	114.438	113.611	113.611
2 – Títulos mantidos até o vencimento	229.937	450.567	–	680.504	681.505	469.019	469.498	469.498

	30/06/2014				30/06/2013				
	Acima de 360		Valor de custo		Valor de mercado		Marcação a mercado		
	0-30	31-180	181-360	de 360	custo	mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Vencimento em dias									
Por carteira	199.956	103.397	44.664	457.026	805.043	805.033	(10)	583.457	583.109
Carteira própria	199.956	103.397	44.664	457.026	805.043	805.033	(10)	583.457	583.109

	30/06/2014				30/06/2013			
	Valor contábil		Não circulante		Total		Valor contábil	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante
Por carteira	348.017	456.015	804.032	399.219	183.412	582.631	183.412	582.631
Carteira própria	348.017	456.015	804.032	399.219	183.412	582.631	183.412	582.631

	30/06/2014	30/06/2013
Por categoria		
Títulos disponíveis para venda	123.528	113.611
Títulos mantidos até o vencimento	680.504	85% 469.019
Valor contábil da carteira	804.032	100% 582.630
Marcação a mercado mantidos até o vencimento	1.001	479
Valor de mercado da carteira	805.033	583.109

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes:
Cotas de fundo de investimento
Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e depósitos a prazo, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa 3.d.

Operações pré-fixadas
O valor a mercado de um título pré-fixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data-base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros pré-fixados verificada no mercado.
Operações pós-fixadas
São marcadas a mercado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data-base do balanço.

b. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2014	2013
Títulos de renda fixa	32.683	15.767
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	5.642	4.059
Total	38.325	19.826

c. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários
No 1º semestre de 2014, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

7. Relações interfinanceiras
a. Composição

	30/06/2014	30/06/2013
Créditos vinculados	1.024.633	896.248
Banco Central - Recolhimentos obrigatórios	816.652	711.794
SFH - FGTS a ressarcir	–	113
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	207.981	184.341
Principal com opção pela novação	254.572	230.133
(-) Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB	(11.816)	(11.090)
(-) Provisão para perdas	(34.775)	(34.702)
Repasses interfinanceiros	585.958	491.353
Devedores por repasses de outros recursos	585.958	491.353
Total	1.610.591	1.387.601

Classificação do ativo
Circulante 1.402.610 1.203.260
Não circulante 207.981 184.341
Total 1.610.591 1.387.601

b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios
Esta rubrica registra os valores de recolhimento obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta "6.2.1.00.00-3 APE – Recursos de Associados". A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento).
c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais
Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 34.775 (R\$ 34.702 em 30 de junho de 2013) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face de o Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH – ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente – MIP, também operada pela Administradora do FCVS.
A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa 3.e).

Situação da carteira

	30/06/2014	30/06/2013
Não habilitados (i)	35.858	19.958
Habilitados e não homologados (ii)	86	3.501
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	28.902	27.548
Habilitados e homologados (iv)	162.785	146.561
Negativa de cobertura (v)	23.321	23.692
Outros	650	7.311
Total	251.602	228.571</

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

d. Encontro de contas – FCVS/FUNDAHAB

Refere-se aos débitos a serem compensados por ocasião da novação. Esses valores no montante de R\$ 11.816 são originados das contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – MNPO/FCVS.

e. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI.

f. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	1º semestre	
	2014	2013
Créditos vinculados ao Banco Central (i)	27.141	19.000
Juros de encaixe obrigatório	27.141	19.000
Desvalorização de Créditos Vinculados	(1.019)	(2.136)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (i)	8.846	6.723
Repasse interfinanceiro (ii)	27.455	16.195
Total	62.423	39.782

(i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias na demonstração de resultados.

(ii) Registrado no grupo operações de crédito na demonstração de resultados.

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por modalidade

	30/06/2014		30/06/2013	
Operações de crédito	1.049.064	1.065.140		
Empréstimos	6.065	2.888		
Capital de giro	-	1.254		
Empréstimo com garantia hipotecária	6.065	1.634		
Financiamentos Imobiliários	1.042.999	1.062.252		
Financiamentos - Habitação	900.413	921.503		
Financiamentos – Construção	142.586	140.749		
Total da carteira de crédito	1.049.064	1.065.140		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(67.504)	(67.829)		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(67.504)	(67.829)		
Total da carteira de crédito líquido de provisões	981.560	997.311		
Total circulante	271.161	250.593		
Total não circulante	710.399	746.718		

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por crédito em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas:

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										30/06/2014
Operações em curso normal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 30	2.508	12.362	102	11	1	439	-	1	9	15.433
Até 60	2.073	8.437	79	40	2	370	-	1	8	11.010
Até 90	2.181	8.226	78	10	1	565	1	1	8	11.071
Até 180	6.347	24.801	247	26	2	1.134	1	2	23	32.583
Até 360	11.611	112.658	430	44	3	2.846	3	3	42	127.640
Superior 360	267.766	366.651	11.650	458	6	110.217	33	159	282	757.222
Vencidas										
Até 14	-	835	31	2	-	4	1	2	1	876
Subtotal	292.486	533.970	12.617	591	15	115.575	39	169	373	955.835

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										30/06/2014
Operações em curso anormal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 30	-	105	152	146	81	65	21	26	62	658
Até 60	-	105	125	118	74	59	19	24	55	579
Até 90	-	105	124	116	73	58	18	23	54	571
Até 180	-	314	409	344	212	171	54	68	154	1.726
Até 360	-	622	701	666	402	323	103	129	319	3.265
Superior 360	-	14.411	13.543	13.469	7.853	23.136	1.973	3.386	2.944	80.715
Vencidas										
Até 14	-	-	81	88	39	17	8	6	13	252
Até 30	-	230	86	59	43	21	9	6	10	464
Até 60	-	-	195	166	84	424	17	14	26	926
Até 90	-	-	-	173	98	34	18	14	28	365
Até 180	-	-	-	77	217	218	956	50	89	1.607
Até 360	-	-	-	-	-	107	60	69	1.798	2.034
Superior 360	-	-	-	-	-	-	-	-	67	67
Subtotal	-	15.892	15.416	15.422	9.176	24.633	3.256	3.815	5.619	93.229
Total	292.486	549.862	28.033	16.013	9.191	140.208	3.295	3.984	5.992	1.049.064

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										30/06/2014
Operações em curso normal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 30	3.793	8.937	34	16	5	2.798	2	-	8	15.593
Até 60	11.916	9.004	31	11	5	1.057	2	-	8	22.034
Até 90	2.876	8.554	31	11	5	683	2	-	8	12.170
Até 180	9.350	24.510	91	31	14	5.191	5	1	24	39.217
Até 360	106.972	45.577	298	58	26	5.696	10	2	45	158.684
Superior 360	314.069	318.123	1.177	544	90	106.087	167	21	343	740.621
Vencidas										
Até 14	-	359	12	-	-	6	-	-	1	378
Subtotal	448.976	415.064	1.674	671	145	121.518	188	24	437	988.697

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										30/06/2013
Operações em curso anormal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 30	-	83	128	138	60	1.825	24	26	73	2.357
Até 60	-	83	105	115	52	56	199	21	66	697
Até 90	-	83	105	114	50	55	22	21	59	509
Até 180	-	247	309	392	214	1.429	62	62	914	3.629
Até 360	-	485	591	635	337	559	178	234	293	3.312
Superior 360	-	9.774	10.118	10.328	4.865	19.131	2.406	2.608	3.726	62.956
Vencidas										
Até 14	-	-	60	54	28	23	9	3	13	190
Até 30	-	161	66	59	23	24	4	13	24	374
Até 60	-	-	156	155	57	47	14	17	44	490
Até 90	-	-	-	144	61	154	15	19	42	435
Até 180	-	-	-	60	143	99	569	60	99	1.030
Até 360	-	-	-	-	-	56	38	97	191	382
Superior 360	-	-	-	-	-	-	-	-	82	82
Subtotal	-	10.916	11.638	12.194	5.890	23.458	3.540	3.181	5.626	76.443
Total	448.976	425.980	13.312	12.865	6.035	144.976	3.728	3.205	6.063	1.065.140

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

c. Receitas de operações de crédito (registradas no grupo operações de crédito na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2014	2013
Receitas de operações de crédito	66.868	71.619
Empréstimos e títulos descontados	237	579
Financiamentos	63.497	65.200
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.134	5.840
Total	66.868	71.619

d. Composição da carteira por atividade econômica

	30/06/2014		30/06/2013	
Setor privado	1.049.064	1.065.140		
Indústria	1.913	1.254		
Habitação	1.047.151	1.063.886		
Total	1.049.064	1.065.140		

e. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco:

Nível de Risco	30/06/2014		30/06/2013	
	% Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações
AA	-	292.486	-	448.977
A	0,5	549.862	2.749	425.980
B	1	28.033	280	13.312
C	3	16.013	480	12.865
D	10	9.191	919	6.035
E (*)	30	140.208	52.648	144.976
F	50	3.295	1.647	3.727
G	70	3.984	2.789	3.205
H	100	5.992	5.992	6.063
Total		1.049.064	67.504	1.065.140

(*) Por determinação do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos "desequilibrados" que se encontravam nos níveis "AA" até "D" para o nível "E" tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos "desequilibrados" classificados nos níveis de risco "F" a "H" foram reclassificados para o nível de risco "E" desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observadas as determinações do inciso I e do § do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682/1999.

f. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo.

	1º Semestre	
	2014	2013
Saldo no início do semestre	68.212	38.736
Transferências para prejuízo	(23.484)	(17.930)
Reclassificação do prejuízo para Nível H	22.816	13.570
Provisão constituída líquida de reversões	(40)	33.482
Baixas	-	(29)
Saldo no final do semestre	67.504	67.829

g. Outras informações

Empréstimo - Capital de giro

Refere-se a financiamento de capital de giro (liquidado em agosto de 2013) destinado a incorporações imobiliárias com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas por unidades autônomas (remunerado pela TR mais juros de 15,48% a.a.) nos moldes da

Resolução nº 3.932/2010, capítulo I, art.2º, item XXV.

Contratos desequilibrados

A carteira de crédito da POUPEX possui na data-base de 30 de junho de 2014, o montante aproximado de R\$ 136.225 (R\$ 146.008, em 30 de junho de 2013) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescente, ao final da operação, parcela a amortizar, em razão de situações impostas por legislação. A provisão sobre o montante da parcela chamada "desequilibrada" obedece à determinação do Banco Central do Brasil. Quando computadas as operações em prejuízo com característica de "desequilíbrio", o estoque de saldo passa a ser de R\$ 222.315 (R\$ 236.933, em 30 de junho de 2013).

9. Outros créditos

a. Composição do grupamento

	30/06/2014		30/06/2013	
Rendas a receber	66	70		
Diversos	55.731	48.652		
Adiantamento e antecipações salariais	4.772	4.215		
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	220	266		
Devedores por compra de valores e bens	-	443		
Devedores por depósitos em garantia	5.574	3.815		
Pagamentos a ressarcir	1.467	1.641		
Devedores diversos - País	43.698	38.272		
Total	55.797	48.722		
Classificação do ativo				
Circulante	49.143	43.711		
Não circulante	6.654	5.011		
Total</				

Impostos e contribuições a recolher

Registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte.

Provisões para riscos fiscais

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 9.718/98, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/2009, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente o julgamento de recurso perante o TRF 1ª Região. Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 30 de junho de 2014, o montante de R\$ 36.773 (R\$ 34.487, em 30 de junho de 2013).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 69.337 e ao PIS de R\$ 4.818. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

b. Diversas

	30/06/2014	30/06/2013
Obrigações com vendedores de imóveis/financiados (b.1)	10.690	6.301
Obrigações por contribuições ao SFH (b.2)	1.104	982
Provisão para pagamentos a efetuar (b.3)	36.162	26.861
Provisão para passivos contingentes (b.4)	6.098	4.087
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	400	530
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	544	820
Valores transitórios - Sistema PEX (b.5)	5.473	2.208
Encargos e amortizações recebidas - Financiamentos	1.931	2.054
Valores sob análise - SICOM	1.230	1.384
Valores a repassar a construtoras	985	301
Outros credores	1.088	1.515
Total	65.705	47.044

b.1. Obrigações com vendedores de imóveis/financiados

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

b.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

b.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registram os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e a despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

b.4. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	30/06/2014	30/06/2013
Passivos trabalhistas	379	271
Poupança	3.780	1.875
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	1.740	1.817
Cobertura de sinistro - Material de construção	100	100
Outros	99	24
Total	6.098	4.087

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Contingências	Saldo em 31/12/2013		Movimentação no semestre		Saldo em 30/06/2014
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	
Trabalhistas	318	61	-	-	379
Cíveis	3.748	2.441	(470)	-	5.719
Total	4.066	2.502	(470)	-	6.098

Contingências	Saldo em 31/12/2012		Movimentação no semestre		Saldo em 30/06/2013
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	
Trabalhistas	247	24	-	-	271
Cíveis	3.905	245	(334)	-	3.816
Total	4.152	269	(334)	-	4.087

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

a. Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de crédito imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

b. Provisão para riscos trabalhistas

Reclamação trabalhista pleiteando aviso prévio, férias proporcionais, com acréscimo de 1/3 relativo ao período de novembro de 2003 a agosto de 2004; 13º salário proporcional, relativo ao ano de 2004; Liberação do FGTS; Multa de um salário, previsto no art. 477, § 8º da CLT, horas extras, indenização por danos morais e materiais.

iii. Passivos contingentes – Risco possível

	Quantidade	30/06/2014	Quantidade	30/06/2013
Condomínio	3	18	4	79
Crédito Imobiliário	603	11.968	642	12.555
Empréstimo Simples	21	97	18	95
Fundo de Apoio Moradia - FAM	4	74	4	32
Material de Construção	10	139	12	143
Poupança	59	658	299	2.721
Trabalhista	4	120	2	29
Total	704	13.074	981	15.654

Ações - Condomínio

Representam pedidos de pagamento de débitos (contas vencidas), realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Representam pedidos de revisão de índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Os autores requerem: revisão de contrato, nulidade das cláusulas que causaram oneração excessiva do contrato de adesão, declarar nula a cláusula que prevê a contratação do seguro de proteção financeira e a cláusula que prevê o vencimento antecipado, condenar o réu ao pagamento da indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Representam pedidos de revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Representam pedidos de pagamentos das diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Ações – Trabalhista

Representam pedidos de danos morais e pagamento de horas extras.

b.5. Valores transitórios - Sistema PEX

Registram transitivamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	30/06/2014	30/06/2013
Patrimônio líquido	4.657.860	4.070.839
Recursos de associados poupadores	4.062.504	3.554.754
Reservas de lucros	553.161	493.287
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.010)	(827)
Lucros acumulados	43.205	23.625

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de entidade de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

	1º semestre	
	2014	2013
Depósitos de poupança	129.799	92.341
FGC	3.030	2.568
Total	132.829	94.909

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

b. Reservas de lucros

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº 002/2001 limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial - TVM

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

d. Lucros Acumulados

Representa o lucro auferido no 1º semestre, no valor de R\$ 43.205.

17. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a. Outras receitas operacionais

	1º semestre	
	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	1.526	1.426
Reversão de imposto de renda	732	497
Reversão de provisão de desequilibrados	0	29.566
Rendas de juros sobre capital próprio e dividendos	251	618
Outras rendas	178	186
Total	2.687	32.293

b. Despesas de pessoal

	1º semestre	
	2014	2013
Salários	19.468	17.122
Benefícios	4.200	3.821
Encargos sociais	8.572	8.129
Treinamentos/estagiários	537	425
Total	32.777	29.497

c. Outras despesas administrativas

	1º semestre	
	2014	2013
Despesas de água	27	21
Despesas de aluguel	289	323
Despesas de comunicação	836	888
Despesas de manutenção e conservação de bens	670	656
Despesas de material	314	469
Despesas de processamento de dados	2.127	1.843
Despesas de promoções e relações públicas	506	362
Despesas de propaganda e publicidade	2.331	810
Despesas de publicações	119	110
Despesas de seguro	20	11
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.251	3.410
Despesas de serviços de terceiros	316	457
Despesas de serviços de vigilância e segurança	38	10
Despesas de serviços técnicos especializados	1.029	1.488

	1º semestre	
	2014	2013
Despesas de transporte	185	141
Despesas de viagens	309	271
Despesas de condomínio	28	34
Despesas com uniformes	143	499
Despesas de copa e cozinha	153	138
Despesas de consignação	242	196
Despesas com assinaturas	32	39
Despesas de depreciação/amortização	2.448	2.161
Despesas de pequeno vulto	38	37
Outras	193	34
Total	15.644	14.467

d. Despesas tributárias

	1º semestre	
	2014	2013
IP TU	20	18
ITBI	5	0
Imposto de renda	2.903	1.297
IOF	144	122
Taxas	35	31
ISS	83	81
COFINS	4.338	3.022
PIS	705	491
Atualizações	1.199	843
Total	9.432	5.905

e. Outras despesas operacionais

	1º semestre	
	2014	2013
Retomada de imóveis	424	419
Contribuições para associações	91	96
Atualização de recursos a liberar	98	27
Atualizações diversas	77	20
Despesas com ações	2.208	27
Resíduos prestação/amortização/seguros	72	26
Descontos concedidos em renegociação	4.632	868
Despesas com juros de mora e multas	8	14
Prejuízos com financiamentos imobiliários	131	0
Despesas de contribuição ao SFH	394	355
Provisões para perdas com FCVS	265	42
Outras provisões operacionais	884	1.140
Despesas com imóveis de terceiros	1.207	0
Outras	42	48
Total	10.533	3.082

f. Resultado não operacional

	1º semestre	
	2014	2013
Lucros na alienação de valores e bens	1.791	2.627
Ganhos de capital	47	20
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(44)	(23)
Perdas de capital	(3)	(44)
Total	1.791	2.580

18. Transações com a gestora e outras partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE, nos termos da Lei nº 6.855/80. Nos termos da referida lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº 6.855/80, art. 1º § 2º, e art. 3º). Os dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.

A POUPEX não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No 1º semestre de 2014, o montante de ressarcimento foi de R\$ 67.201 (R\$ 59.892, no 1º semestre de 2013).

b. Depósitos - O passivo de curto prazo refere-se a depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou no 1º semestre de 2014 R\$ 6.005 (R\$ 4.661, no 1º semestre de 2013).

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército - FHE estão assim resumidos:

Contas patrimoniais

	30/06/2014				30/06/2013			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento	23.701	-	-	-	16.386	-	-	-
Folha de pessoal	21.780	-	-	-	15.288	-	-	-
Custo de processamento	1.921	-	-	-	1.098	-	-	-
Depósito especial	-	-	47.943	-	-	-	32.628	-
FHE	-	-	47.943	-	-	-	32.628	-
Total	23.701	-	47.943	-	16.386	-	32.628	-

Contas de resultado

	30/06/2014	30/06/2013
Ressarcimento pessoal	59.430	53.334
Ressarcimento TI	7.771	6.558
Encargos de captação	(6.005)	(4.661)

As transações com a entidade de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19.

19. Benefício a empregados (fundo de pensão)

a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPEX estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, patrocinador principal e pela POUPEX - Fundação de Seguridade Social, a qual é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

São assegurados pelo Plano os seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria
- Renda de Aposentadoria por Invalidez
- Renda de Pensão por Morte
- Renda de Abono Anual

Atualmente as contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco são de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora. No entanto, conforme previsto no artigo 47 do Regulamento do Plano, os Participantes Ativos também são responsáveis pela cobertura dos benefícios de risco.

O Plano Misto de Benefícios POUPEX, no que se refere aos montantes de obrigações e ativos justos, estava assim configurado em 30/06/2014.

b. Hipóteses e parâmetros atuarias adotados

(i) Considerações gerais sobre as premissas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	abr/14	jun/
--	--------	------

d. Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial	30/06/2014	30/06/2013
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período*	(15.276)	(32.376)
Custo do serviço corrente	(1.893)	(561)
Custo de juros	(896)	(1.470)
Contribuições de participantes do plano (autopatrocinados)	-	-
Remensurações de ganhos/perdas atuariais	(7.896)	(2.062)
Decorrentes de ajustes de experiências	(13.566)	(2.062)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	-	-
Decorrentes de alterações premissas financeiras	5.670	-
Diferenças decorrentes de alterações cambiais	-	-
Custo do serviço passado	-	-
Benefícios pagos pelo plano	555	765
Combinação de negócios	-	-
Reduções	-	-
Liquidações	-	-
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(25.406)	(35.704)

* Referente aos participantes e assistidos vinculados à empresa patrocinadora do plano.

e. Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	30/06/2014	30/06/2013
Valor justo dos ativos do plano no início do período	44.728	38.626
Receita de juros	2.737	1.790
Ganhos / (Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	3.682	522
Outros ganhos / (perdas)	-	-
Combinação de negócios	-	-
Liquidações	-	-
Reduções	-	-
Contribuições do empregador	932	735
Contribuições do participante	-	-
Despesas administrativas pagas pelo Plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(555)	(765)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do período	51.524	40.908

A *Duration* do plano (considerando o fluxo de benefícios – Parte BD), foi calculada em 15,41 anos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1).
Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

Valores esperados	Posição em 30/06/2014
Até 1 ano:	1.389
De 1 ano a 2 anos:	1.636
De 2 anos a 5 anos:	6.329
Acima de 5 anos:	112.975
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	122.329

g. Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica	Crescimento	Salarial	Taxa de Juros	Posição de + 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	30/06/2014
Montantes do:											
Valor presente da obrigação atuarial do plano	25.733	25.126	25.730	25.091	24.405	26.457	25.406				
Valor justo dos ativos do plano	51.524	51.524	51.524	51.524	51.524	51.524	51.524				
Superávit / (Déficit) técnico do plano	27.791	26.398	25.794	26.433	27.119	25.067	26.118				
Variações:											
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,3%	-1,1%	1,3%	-1,2%	-3,9%	4,1%	-				
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-				
Aumento/redução do Superávit/ (Déficit) técnico do plano	-1,3%	1,1%	-1,2%	1,2%	3,8%	-4,0%	-				

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.
Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observada alteração nos parâmetros de taxa de desconto de 12,06% (12/2013) para 11,43% em (06/2014).

20. Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a. Processo de Gestão de Riscos
Vinculada diretamente à Vice-presidência – VIPRE e segregada da Auditoria Interna e das demais Unidades Técnicas Administrativas – UTAs, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI é a responsável pelo gerenciamento dos riscos.
A POUPEX formaliza suas diretrizes e instruções normativas documentadas e divulgadas para toda a Instituição e são continuamente revisadas e aperfeiçoadas.
Todas as UTAs estabelecem instrumentos que permitem a mitigação dos riscos na sua área de atuação além de manter a CORCI informada quanto às operações e serviços sob sua gestão.
A Alta Administração é encarregada de definir os níveis de riscos aceitáveis pela Instituição, além de garantir instrumentos adequados à estrutura de gestão de risco para mensurar, avaliar e controlar os riscos, sendo o vice-presidente da POUPEX o diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de Mercado, Crédito, Operacional e Gerenciamento de Capital.
Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos na POUPEX, acesse o site poupe.com.br < <http://www.poupe.com.br/mostraPagina.asp?codServico=156>>.

b. Risco de Crédito
A gestão de risco crédito é instituída com o objetivo de garantir a integridade de seus ativos e níveis adequados de riscos e perdas, bem como os resultados esperados dos negócios. Considerando a missão e os valores da Instituição, e com intuito de aumentar a carteira de financiamento imobiliário de forma adequada, a determinação da Administração é facilitar o acesso à casa própria preferencialmente a seus clientes das forças armadas.
Define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados.
A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a esse tipo de risco.

c. Risco de Mercado
Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.
O gerenciamento do Risco de Mercado abrange tanto a carteira disponível para negociação quanto as demais posições, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a este risco.
Os Fatores de Risco – FR das operações mantidas pela Instituição são sujeitas as variações das taxas prefixadas referenciadas em TR, CDI, SELIC e IGP-M, além de juros prefixados e cupom de juros, que são calculados de acordo com as Circulares do BACEN Nº 3.361/07 e Nº 3.364/07, respectivamente. Assim, os principais Riscos de Mercado assumidos são em renda fixa.
Os modelos adotados e parametrizados no sistema para medição dos riscos seguem as orientações dadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio de Resoluções, Circulares e Cartas-circulares.

d. Risco de Liquidez
É o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos e honrar suas obrigações. O gerenciamento deste é realizado por meio da análise do histórico do fluxo de caixa.
e. Risco Operacional
Representa a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal.

Patrimônio de Referência (PR)	30/06/14	30/06/13
Base de Cálculo - em		
Patrimônio de Referência Nível I		
Capital Principal (CP)		
Reserva de Capital	553.161	493.287
Ajuste a Valor de Mercado*		
Sobras ou Lucros acumulados	43.205	23.625
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-

Capital Complementar (CC)
Patrimônio de Referência Nível II
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II

* Somatório dos saldos das contas do Patrimônio líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver perdas não realizadas. **BN: alínea “c”, inc. I do art. 4º da Res. 4.192/2013.**

Índice de Basileia:
No Brasil, o Índice de Basileia é determinado pelo BACEN, que recomenda a relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência - PR e os riscos ponderados, referendada por regulamentação em vigor (– Ativo Ponderado por Risco - RWA). De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13 e Circular nº 3.678/13, o Índice de Basileia da Instituição é apresentado conforme a seguir:

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Índice de Basileia	35,67%	35,75%

DIRETORIA	
ERON CARLOS MARQUES Presidente	RICARDO BARBALHO LAMELLAS Vice-Presidente
JAIRO ALVES DOS SANTOS Diretor	CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO Diretor
JOSÉ RICARDO KÜMMEL Diretor	CLAUDIO ROGÉRIO PINTO Diretor
JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Diretor	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
ARAKEN DE ALBUQUERQUE Presidente	ERON CARLOS MARQUES Vice-Presidente
RICARDO BARBALHO LAMELLAS Secretário	JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO Conselheiro
TARCISO ALVES DA ROCHA Conselheiro	ORLANDO HUMBERTO COSTA JÚNIOR Conselheiro
JOSÉ LUIZ DE PAIVA Conselheiro	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
Contadora - CRC/DF 008.116/0-1

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 1º SEMESTRE DE 2014

INTRODUÇÃO
O atual modelo do Comitê de Auditoria da POUPEX foi instituído dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender, plenamente, as exigências do Banco Central do Brasil. Essa atualização ocorreu, simultaneamente, com a adaptação do Estatuto Social da Associação em 22 de novembro de 2010.
O presente Comitê é composto por quatro membros designados em 22 de março de 2011, sendo três membros diretores da POUPEX (um deles o coordenador), e o outro membro apontado entre os membros do Conselho de Administração.
Compete ao Comitê avaliar a qualidade e integridade das demonstrações contábeis da POUPEX, o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno, a observância das normas e regimentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, do sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna.
A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações contábeis, pelo planejamento e execução das auditorias, conforme normas reconhecidas. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Associação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Legislação Societária Brasileira.
A Auditoria Interna desenvolve sua atuação observando, principalmente, o gerenciamento de riscos, cobertura nas áreas que representam risco mais elevado e apoio ao Comitê de Auditoria.
ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA
O Comitê participou de diversas reuniões durante o primeiro semestre de 2014, cabendo destacar os seguintes aspectos:
a. Acompanhamento do processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, da aprovação de seu Programa Anual de Trabalho, relativo ao exercício de 2014;
b. Discussão e avaliação das políticas de independência dos Auditores Independentes e acompanhamento do seu cumprimento, considerando-as adequadas;
c. Conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos dos Auditores Independentes para o semestre de 2014, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Associação;
d. Conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações reportadas em reuniões, e acompanhamento das

providências adotadas pela Administração;
e. Acompanhamento do sistema de controle interno, de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes, como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes, e nos trabalhos dos comitês internos pertinentes, avaliou-se positivamente a efetividade dos sistemas de controle interno;
f. Acompanhamento e discussão do processo de elaboração das demonstrações financeiras da POUPEX, notadamente, mediante reuniões com os administradores, auditores externos e internos do semestre findo em 30 de junho de 2014.
g. Acompanhamento do canal de denúncias, aberto aos poupadores, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade direta do Comitê pelo recebimento e apuração de qualquer denúncia ou suspeita de violação ao Código de Ética da POUPEX, garantindo assim a confidencialidade e independência do processo e fortalecendo os princípios de transparência.
h. O Comitê reuniu-se com os principais executivos da POUPEX, em várias ocasiões, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.
O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Auditor Independente KPMG e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.
CONCLUSÃO
Com base nas ações desenvolvidas, diretamente pelo Comitê, bem como, fundamentado nas revisões e avaliações, anteriormente mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX, para o semestre findo em 30 de junho de 2014.
Brasília, 19 de agosto de 2014.
JAIRO ALVES DOS SANTOS
COORDENADOR
GEN CLÁUDIO ROGÉRIO PINTO
JORGE LUCIO A. DE CASTRO
JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES

SÍNTESE DO RELATÓRIO DE RISCOS - 2014 GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Como integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), a POUPEX tem atuado ao longo do tempo de forma alinhada às melhores práticas de mercado no gerenciamento dos riscos, contando com a estrutura da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI), subordinada diretamente ao Vice-presidente (VIPRE) e sendo independente das Unidades Técnicas Administrativas (UTA) e da Auditoria Interna (AUDIT).
A CORCI é composta por assessorias que tratam dos controles internos e dos riscos (operacional, crédito, mercado e liquidez), atuando com o objetivo de certificar-se que medidas efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição.
A metodologia adotada pela POUPEX na alocação de capital para risco operacional tem por alicerce a abordagem do indicador básico, que reflete a exposição do nível de risco que a Instituição está exposta.
Os procedimentos e os sistemas informatizados utilizados para o gerenciamento dos riscos - estão de acordo com a natureza das operações e complexidades dos produtos, conforme dimensão da exposição aos riscos e, também, com a realidade do mercado e com as normas definidas pelo BACEN.

Em atendimento ao determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução Nº 3.988/11, a POUPEX implementou a estrutura de gerenciamento de capital, responsável pela monitoração e identificação da necessidade de capital para a cobertura dos riscos incorridos pela Instituição. Esta estrutura é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com o dimensionamento adequado de sua exposição a riscos.
A disseminação da cultura de gerenciamento desses riscos em toda a Instituição, a divulgação das Políticas (disponível na INTRANET) e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição estão previstos nos Relatórios de Riscos, com apreciação da Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração, publicado na página da POUPEX na Internet (www.poupe.com.br).
Brasília - DF, 30 de junho de 2014.
ALDEMI R MENDES DA SILVA
Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 1º SEMESTRE/2014

A atuação do Sistema de Controles Internos - SCI no âmbito da Instituição tem como premissa contribuir para o aprimoramento e aperfeiçoamento dos processos operacionais desenvolvidos pela instituição, na medida em que atua em parceria com a gestão de riscos, principalmente para aqueles de cunho operacional, permitindo aos Gerentes plena participação no tratamento de questões relevantes que permeiam as atividades desenvolvidas.
A atuação do SCI é caracterizada por um trabalho integrado entre áreas que formam o seu núcleo, evidenciado pela participação da Auditoria Interna - AUDIT, a Ouvidoria - OUIV e a Consultoria Técnica e de Planejamento - COTEP, além da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos, que é a responsável pela coordenação do funcionamento dessa estrutura. O trabalho desenvolvido tem como propósito prestigiar os gestores, na medida em que os disponibiliza parceria para encontrar soluções pontuais e voltadas a atingir os interesses da Instituição.
A vinculação hierárquica dos componentes desse núcleo favorece o cumprimento daquilo que é esperado pela Governança, de forma independente, isenta e imparcial, disponibilizando aos gestores assessoramento tempestivo e competente para que se busquem alternativas na forma de condução das atividades relacionadas às operações desenvolvidas internamente.

Segundo a rotina de trabalho reconhecida no âmbito da Instituição, o SCI realiza reuniões bimestrais com comparecimento mínimo das áreas que formam o seu núcleo, mas sempre com a participação adicional das áreas operacionais que se vinculam aos assuntos levantados no decorrer do período, originados, na maior parte das vezes, pelos apontamentos da AUDIT, as ocorrências da OUIV e o monitoramento da CORCI.
Tais reuniões são formalizadas em atas próprias, sendo que ao final de cada semestre se elabora relatório circunstanciado contendo os resultados alcançados, que é disponibilizado ao Diretor de Riscos da Instituição, da responsabilidade do Vice-Presidente, que passa a ter condições de se aproximar ainda mais dos procedimentos operacionais executados pelas Gerências, além de ampliar o conhecimento acerca de ocorrências que eventualmente possam ter sido registradas no semestre, permitindo-lhe atuar no momento devido.
Brasília - DF, 30 de junho de 2014.
ALDEMI R MENDES DA SILVA
Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, aos Associados e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX Brasília - DF
Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles

internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Entidade, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Brasília, 21 de agosto de 2014
Carlos Massao Takauthi
Contador CRC SP206103/O-4

